Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Terça-feira, 27 de agosto de 2024
Ano CVII ● Número 29.682
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br



KAMALA HARRIS E O PESO DA ECONOMIA DOS EUA

Caminho para conquistar eleitores independentes continua pleno de obstáculos. Por Edoardo Pacelli, **página 2**



ELEIÇÕES: EDITAIS PODEM SER DIVULGADOS?

Divulgação de editais e execução de políticas culturais durante o período eleitoral. Por André Brayner, **página 2**



LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

Seis anos de lei sancionada e seis lições aprendidas. Por Bruna Fabiane da Silva, **página 4**

Contas externas: déficit até julho atinge maior nível em 5 anos

Resultado fica negativo em US$ 25,5 bilhões

O aumento das importações de serviços e a queda no superávit da balança comercial fizeram o déficit das contas externas atingir o maior nível desde 2019 para os sete primeiros meses do ano, divulgou nesta segunda-feira o Banco Central (BC). De janeiro a julho, o resultado ficou negativo em US$ 25,552 bilhões. O déficit mais do que dobrou em relação ao mesmo período de 2023, quando tinha ficado em US$ 12,54 bilhões.

Também chamadas de transações correntes, as contas externas medem a vulnerabilidade de um país diante de crises externas. O indicador é formado pela soma do saldo da balança comercial, da balança de serviços (exportações menos importações de serviços), pela renda primária (que engloba remessas de lucros ao exterior e pagamentos de juros de empréstimos) e pelas transferências pessoais de brasileiros que vivem no exterior às famílias.

Apenas em julho, as contas externas registraram déficit de US$ 5,162 bilhões, alta de 45,1% em relação ao mesmo mês de 2023.

O principal fator responsável pelo aumento no déficit das contas externas foi o aumento das importações de serviços, entre outros serviços. Isso levou a balança de serviços, que engloba transportes, seguros, serviços financeiros e viagens internacionais, a fechar os sete primeiros meses do ano com déficit de US$ 28,937 bilhões, contra resultado negativo de US$ 22,159 bilhões no mesmo período de 2023.

Paralelamente, após crescimentos sucessivos até 2023, o superávit da balança comercial está recuando em 2024. De janeiro a julho, o país exportou US$ 44,696 bilhões a mais do que importou. Nos sete primeiros meses do ano passado, o resultado estava positivo em US$ 49,789 bilhões.

Segundo o Banco Central, o aumento do déficit das contas externas está ligado ao crescimento da economia. Quando o Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) cresce, o país importa mais produtos e serviços.

Dentro da conta de serviços, as contas externas também medem os gastos de turistas brasileiros no exterior. Nos sete primeiros meses do ano, os turistas brasileiros gastaram US$ 8,403 bilhões em outros países. Apesar da alta do dólar, essas despesas tiveram queda mínima em relação ao mesmo período do ano passado, quando totalizaram US$ 8,465 bilhões.

Apenas em julho, os gastos de turistas no exterior atingiram US$ 1,384 bilhão, exatamente o mesmo nível de 2023. Como o dólar acumula alta de 19,56% nos 12 meses terminados em julho, a estabilidade nos gastos pode ser explicada pelo aumento da renda dos turistas brasileiros que saem do Brasil.

O saldo negativo das contas externas costuma ser compensado pelos investimentos estrangeiros diretos, investimentos das empresas que geram empregos no país. De janeiro a julho, as companhias estrangeiras investiram US$ 45,065 bilhões no Brasil, alta de 20,15% em relação aos mesmos meses de 2023.

Apenas em julho, os investimentos estrangeiros diretos somaram US$ 7,258 bilhões, com pequena alta em relação aos US$ 7,1 bilhões registrados em julho do ano passado.

Transição energética: R$ 3 tri de investimentos e 3 mi de empregos

O Brasil tem potencial para receber cerca de R$ 2 trilhões em investimentos na chamada economia verde e criar três milhões de empregos em 10 anos. A estimativa é do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, ao fazer a apresentação da Política Nacional de Transição Energética (PNTE), aprovada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), nesta segunda-feira, em reunião liderada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Durante evento que contou com a presença de diversos representantes dos setores energéticos, Silveira, que também preside o CNPE, disse que "nós não vamos jogar fora o significado dessa coisa chamada transição energética. Esse país já jogou fora muitas oportunidades. A gente não pode jogar oportunidades fora. Precisamos ter em conta que nós temos tudo. Temos tudo o que a natureza nos ofereceu. Temos mão de obra qualificada - ainda precisa de mais. Nós temos gente capacitada tecnicamente. No setor energético, a gente tem centenas de excelências nesse país. A gente pode fazer o que quiser."

Tauan Alencar CNPE



Alexandre Silveira

Segundo o ministro trata-se de energia eólica, solar, hídrica, biomassa, biodiesel, etanol, diesel verde, captura e estocagem de carbono, combustível sustentável de aviação, hidrogênio verde. "É o renascimento da indústria do Brasil em bases sustentáveis. É agregação de valor ao produto brasileiro produzido com energia limpa e renovável, é oportunidade para impulsionar o uso do nosso conteúdo local", destacou.

A política terá dois instrumentos centrais para sua implementação. O primeiro traz a participação da sociedade, com a criação do Fórum Nacional de Transição Energética (Fonte), onde serão ouvidos diversos atores públicos e privados para construção coletiva permanente sobre o tema.

Informalidade e baixa remuneração são desafios

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participou nesta segunda-feira na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no Rio de Janeiro, da abertura do Seminário Internacional de Desenvolvimento e Mundo do Trabalho: desafios para as Políticas Públicas e Negociações Coletivas. Ao lado do presidente do BNDES, Aloísio Mercadante, o ministro destacou o crescimento do emprego no país, ressaltando os desafios contemporâneos do trabalho, como a informalidade e a baixa remuneração. Nesta quarta-feira, o ministro anuncia em Brasília os números do emprego do Caged relativo ao mês de julho e adiantou que os dados "serão positivos para o país".

O ministro ressaltou em sua fala aos participantes da importância dos investimentos públicos para a reindustrialização do país, que impactam diretamente na qualidade do emprego e na melhoria dos salários. Luiz Marinho defendeu o papel essencial dos bancos públicos e das estatais, como a Petrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica, que segundo destacou, são indutores de inovação e impulsionadores da indústria nacional, chamando atenção para os desafios contemporâneos do trabalho, como a informalidade e a baixa remuneração, além da necessidade de uma compreensão aprofundada dos movimentos atuais, propondo estratégias inovadoras para enfrentar as transformações aceleradas que impactam o mundo do trabalho.

Ele enfatizou também a importância de fortalecer a negociação coletiva e a representatividade sindical, além de promover políticas públicas de emprego, trabalho e renda adaptadas às novas realidades, acentuando a necessidade de um debate no Congresso sobre a reorganização das finanças sindicais para garantir o direito legítimo de contribuição para fortalecer o movimento sindical no Brasil.

"Queria chamar mais uma vez atenção de todo movimento sindical sobre a inclusão nas negociações de debates sobre aumento real de salário, em especial nos pisos salariais de cada categoria", ressaltou Marinho.

Desenrola Pequenos Negócios: R$ 3 bi renegociados

As renegociações de dívidas no Programa Desenrola Pequenos Negócios, pelos bancos associados à Federação Brasileira de Bancos (Febraban), chegaram a R$ 3,004 bilhões em volume financeiro na semana passada. Foram beneficiados 65 mil Microempreendedores Individuais (MEI), micro e pequenas empresas em todo o país, até o dia 20 de agosto. O número representa a negociação de 98 mil contratos.

O Desenrola Pequenos Negócios, lançado em 13 de maio, possibilita a renegociação de dívidas bancárias de MEI e empresas de micro e pequeno porte que faturem até R$ 4,8 milhões anuais. Ele atende ao contingente de empresas que carecem de oportunidades para renegociarem as suas dívidas, ao mesmo tempo que precisam obter recursos para manterem suas atividades em funcionamento.

Foram beneficiadas dívidas não pagas até 23 de janeiro de 2024. Mesmo com o fim da vigência da Medida Provisória do Programa Acredita, todas as contratações realizadas durante os últimos meses não sofrerão qualquer impacto e seguirão as regras e condições originais. Isso inclui o Desenrola Pequenos Negócios.

As novas contratações para esses programas, porém, serão suspensas até aprovação de nova norma legal.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,4978
Dólar Turismo	R$ 5,7170
Euro	R$ 6,1366
Iuan	R$ 0,7719
Ouro (gr)	R$ 444,29

ÍNDICES

IGP-M	0,61% (julho)
	0,81% (junho)
IPCA-E	
RJ (junho)	0,38%
SP (junho)	0,38%
Selic	10,50%
Hot Money	-

Kamala Harris e o peso da economia dos EUA

Por Edoardo Pacelli

Após a indicação conquistada sem rivais, a vice-presidente dos Estados Unidos, Kamala Harris, enfrenta uma campanha complexa. Entre a unidade partidária e o legado econômico de Biden, seu caminho para conquistar eleitores independentes continua pleno de obstáculos.

Depois de herdar, sem problemas, a nomeação presidencial do Partido Democrata, após a retirada de Joe Biden, em 21 de julho último, o período de lua de mel de Kamala Harris foi marcado por comícios, imagens de unidade partidária e constante cobertura positiva da grande mídia. No entanto, esta fase do "Happy Harris" termina com a convenção democrata.

Sua candidatura reacendeu o entusiasmo de um partido que, sob Biden, parecia resignado à derrota. Os 310 milhões de dólares arrecadados em julho são uma prova do ímpeto renovado. Apesar de oferecer uma nova esperança aos democratas, Harris enfrenta, porém, uma campanha eleitoral que é tudo, menos simples. Durante esta fase, Harris evitou perguntas dos meios de comunicação, recusou entrevistas e não fez quaisquer anúncios políticos importantes, exceto um plano econômico vago e desprovido de detalhes. Restam dúvidas sobre quem ela realmente é e o que representa. O que acontecerá, depois da convenção democrata, nas próximas semanas será crucial para esclarecer sua figura, que ainda está parcialmente indefinida e não testada.

Embora as sondagens recentes a mostrem ligeiramente à frente de Donald Trump em alguns estados-chave, a margem é pequena e enquadra-se num erro estatístico. Apesar do entusiasmo da mídia e do partido, Harris ainda não assumiu o controle total da competição contra Trump. O excesso de confiança pode levar à derrota. Além disso, a chapa com Tim Walz representa a dupla mais progressista desde 1988, quando os democratas foram derrotados por George H.W. Bush. A escolha do governador de Minnesota como candidato à vice-presidência reflete prudência: tranquilizar a base mais à esquerda do partido e manter a unidade.

Na Califórnia, a carreira política de Harris tem sido caracterizada por um equilíbrio hábil entre posições de centro-esquerda e de extrema-esquerda, dependendo das circunstâncias políticas. Uma abordagem que funcionou em um estado onde o conservadorismo republicano quase desapareceu. Mas, a nível nacional, ela encontrará dificuldades em apresentar-se como uma centrista credível e em conquistar um eleitorado mais vasto. Seu principal desafio será convencer milhares de eleitores independentes nos sete estados-chave, decisivos para o resultado das eleições de 2024, de sua solidez centrista. A última coisa que esses eleitores querem é uma "Californiação" da América.

A tarefa de Harris poderia ser facilitada se Trump se desviasse dos temas centrais da campanha e se comportasse de forma imprevisível. Desde que foi oficialmente nomeado, o ex-presidente tem lutado para encontrar um ataque eficaz contra ela, chegando mesmo a questionar sua etnia. Mesmo durante a longa entrevista com Elon Musk, em 12 de agosto, no X, ele evitou mencionar o assunto diretamente.

A menos de três meses das eleições, qualquer tentativa de Harris de se distanciar do legado econômico de Biden será provavelmente ineficaz, especialmente se surgirem novos dados econômicos negativos antes de 5 de novembro. Além da candidatura presidencial, Harris também herda a "Bidenomia", que para muitos americanos da classe trabalhadora significa inflação elevada. Desde o início da presidência de Biden, os preços subiram 20%, colocando pressão sobre as famílias que vivem de salário em salário. Harris tentará diferenciar-se de Biden sem rejeitar completamente sua política econômica. Provavelmente continuará a ser vaga nos detalhes, evitando longas entrevistas e concentrando-se em propostas gerais, com grande apelo popular, como o acesso a cuidados infantis, cuidados de saúde e redução dos preços dos medicamentos.

No seu discurso econômico na Carolina do Norte, prometeu criar uma "economia de oportunidades", com medidas como a proibição da "manipulação de preços" nos supermercados e programas de assistência para quem compra uma casa pela primeira vez. Ela geralmente se opõe às grandes tarifas propostas por Trump sobre as importações. Sua abordagem segue um modelo eleitoral clássico: prometer um pouco de tudo a todos, evitar deixar alguém para trás e ganhar votos.

Edoardo Pacelli é jornalista, ex-diretor de pesquisa do CNR (Itália), editor da revista Italiamiga e vice-presidente do Ideus.

Editais podem ser divulgados ou vamos parar em decorrência das eleições?

Por André Brayner

Em ano eleitoral, a continuidade das políticas públicas enfrenta desafios como mudanças de gestão, cortes orçamentários e incertezas políticas. A descontinuidade dessas políticas pode prejudicar de maneira significativa a produção e o acesso à cultura. No atual contexto, uma das principais dúvidas recai sobre a execução dos recursos e projetos oriundos da Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195/2022) e do Plano Nacional Aldir Blanc (Lei nº 14.399/2022).

Para contribuir com este debate, o Ministério da Cultura realizou, inclusive, um seminário que aborda muitos desses elementos. Para efeitos deste nosso artigo, restringiremos a análise à divulgação dos editais e dos pagamentos desses recursos no período de defeso eleitoral.

Inicialmente, sugerimos dois parâmetros que devem balizar qualquer análise sobre as normas de direito eleitoral no caso concreto: i. Não impossibilitar o exercício dos direitos culturais (podendo haver certas restrições); e ii. Proibir qualquer forma de ação/ato que possa beneficiar (de maneira direta ou indireta) qualquer candidato.

Dado esse parâmetro, iremos analisar três pontos. O primeiro: é possível a publicação de editais de concursos públicos, licitações e editais de fomento à cultura e os resultados desses processos? E a resposta pode impressionar – Sim! Estes podem e devem ser publicados, mas sem nenhum tipo de conotação propagandista, trazendo apenas a informação do serviço público.

Dessa forma, podem ser publicados na imprensa oficial editais e no site oficial – de maneira "sóbria e sem alardes". A publicação de contratos públicos e demais atos comuns ao funcionamento ordinário da administração pública não está sujeita à vedação durante o período eleitoral (art. 73, VI, b, da Lei das Eleições), por não se enquadrar no conceito de atos de caráter publicitário. A ideia da Lei das Eleições é mitigar as possibilidades de um gestor beneficiar candidatos de maneira direta e indireta por meio de publicidade oficial (com recursos públicos).

Também não há proibição do uso das redes sociais (embora esta questão merecesse maiores explicações). Todavia, não pode haver nos editais e nos meios oficiais as logomarcas ou slogans do município durante o período de defeso eleitoral, a fim de que não se vincule o ato a determinada gestão. Dessa forma, há algumas exceções ao uso dos símbolos previstos no § 1º e § 2º do art. 13 da Constituição Federal, como o exemplo do brasão do município. Atenção: se a divulgação do edital ocorrer antes do período vedado, mas tiver de continuar nesse período, deve haver a exclusão de qualquer símbolo que se relacione com gestões, inclusive logomarcas.

Outro ponto que tem preocupado muitos gestores é a possibilidade legal de realizar os pagamentos referentes aos editais já lançados, por haver confusão sobre a impossibilidade de realização de transferências voluntárias, previstas no art. 73, VI, a, da Lei nº 9.504/97[1]. Ocorre que transferências voluntárias são repasses de maneira não obrigatória, ou seja, que dependem de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos jurídicos entre os entes federativos.

Todavia, as transferências da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios por meio da PNAB e da LPG são transferências obrigatórias. Da mesma forma, o repasse desses entes para agentes culturais ou instituições culturais são repasses obrigatórios e não estão vedados pela norma em questão, que diz respeito às transferências entre entes federativos[2].

Ou seja, é permitido pagar os valores referentes aos editais já lançados, desde que as obrigações assumidas estejam dentro das normas e procedimentos administrativos regulares e que não configurem promoção pessoal ou eleitoral.

Por fim, a realização de atividades culturais também é permitida. Podemos observar, em cada caso, que não pode haver impedimento ao livre exercício de expressão artística, mas há restrição quanto ao beneficiamento de eventual candidato, razão pela qual os showmícios são proibidos, assim como os eventos (com apresentações artísticas) para lançar obras, projetos ou serviços em plena campanha. A realização e divulgação de atividades culturais devem observar a finalidade e a forma de divulgação. Festejos de um calendário anual, como festas de padroeira e festas típicas que sempre são realizadas em dado período, podem ser divulgadas, desde que a publicidade seja impessoal, ou seja, não favoreça nenhum candidato ou figura política de maneira direta ou indireta.

Como podemos observar, reafirmamos: i. Não pode haver impedimento ao livre exercício dos direitos culturais (podendo haver certas restrições); e ii. Em nenhuma hipótese se pode-se beneficiar (de maneira direta ou indireta) qualquer candidato. Os casos concretos precisam ser analisados dentro de um contexto social, cultural e político, a partir do que se busca garantir como direito no período eleitoral.

André Brayner é mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza (Unifor), com atuação científico-jurídica preponderante nos campos relacionados ao Direito Internacional, direitos culturais e terceiro setor. Professor de Direito e presidente do Instituto Brasileiro de Direitos Culturais (IBDCult).

[1]Art. 73. São proibidas [...]: VI – nos três meses que antecedem o pleito: a) realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública;

[2] Transferências para entidades privadas: a autorização de repasse de recursos a Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos (EPSFL), aí compreendidas as Organizações Não Governamentais (ONGs) e outras entidades do terceiro setor, embora não sejam vedadas (ARCL nº 266, Relator Ministro Carlos Velloso, julgado em 09/12/2004; RESPE nº 16.040, Relator Ministro Costa Porto, julgado em 11/11/1999), comporta a verificação prévia, caso a caso, se a transferência de recursos não afeta a igualdade entre os candidatos ao pleito eleitoral, sob pena de poder ser considerada ilícita, o que sujeitaria o ato administrativo e o agente público às sanções prescritas no art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas



FGV cria Centro de pesquisa sobre Economia do Clima

Pesquisadora afirma que há um vácuo importante nos debates sobre o tema

A Fundação Getulio Vargas lançará, no dia 2 de setembro, o FGV Clima, o novo centro de pesquisa aplicada da Escola de Economia de São Paulo (FGV EESP) com o objetivo de aprofundar a contribuição dos economistas para enfrentar a crise climática. O evento será realizado às 17h30 na FGV EESP, em São Paulo.

A coordenadora científica e cofundadora do FGV Clima, Clarissa Gandour, ressalta que apesar do tema estar em alta, com repercussão em diversos setores da sociedade, ainda há um vácuo importante nos debates sobre a crise climática: a Economia do Clima. De acordo com a pesquisadora, o novo Centro tem um escopo bem definido, além de métodos e linguagem direcionados para levar a economia ao centro desta discussão.

"Queremos levar a expertise técnica dos profissionais de economia para fortalecer a ação climática brasileira e impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do país. Acreditamos que a Economia pode fazer muito mais para contribuir com esse esforço coletivo" contextualizou Gandour. A cofundadora do centro ainda ressalta que a economia é uma disciplina muito abrangente e suas diferentes áreas podem contribuir de variadas formas para a agenda do clima.

Segundo ela, a crise climática levanta questões relevantes sobre política fiscal, finanças, saúde, emprego, dentre tantos outros temas. "Por isso precisamos contar com colegas das áreas de macroeconomia, finanças, microeconomia, enfim, de todas as áreas das ciências econômicas", afirmou.

Além da produção de conhecimento técnico, o FGV Clima também pretende promover a comunicação ampla, efetiva e acessível do conhecimento com stakeholders estratégicos como órgãos do governo, empresas, instituições de pesquisa e sociedade civil. "É importante promover o diálogo entre economistas e especialistas de outras áreas que atuam para combater as consequências da crise, mas também consideramos ser nossa responsabilidade nos aproximarmos de diferentes segmentos da sociedade", explicou.

Parceria

Em seu primeiro projeto, o FGV Clima estabeleceu uma parceria com o Governo Federal para fornecer apoio técnico na elaboração do Plano Nacional de Transição Energética. Como parceiro estratégico da Secretaria Nacional de Transição Energética, o Centro apoiará o MME no desenho de uma transição energética efetiva e socialmente justa.

De acordo com Amanda Schutze, o Brasil tem uma oportunidade única de liderar a transição energética global, ao aproveitar seus recursos naturais abundantes para impulsionar um crescimento verde, que não apenas protege o clima, mas também gera desenvolvimento econômico sustentável e inclusão social.

"A economia pode ser uma poderosa aliada na transição energética justa, ao promover políticas públicas e incentivos que garantam que os benefícios da transição sejam compartilhados por toda a sociedade, especialmente pelos mais vulneráveis, criando um futuro mais equitativo e sustentável para o país", declarou Schutze.

No evento de divulgação do centro, confirmaram presença Ana Toni, Secretária Nacional de Mudança do Clima, do Ministério do Meio Ambiente e de Mudança do Clima (MMA); Thiago Barral, Secretário Nacional de Transição Energética e Planejamento, do Ministério de Minas e Energia (MME); e Roberto Kishinami, Líder Especialista de Energia e Indústria do Instituto Clima e Sociedade (iCS).

Atualmente, o MMA lidera a elaboração do Plano Clima e o MME o desenvolvimento do Plano Nacional de Transição Energética (Plante). Já o iCS é uma organização filantrópica com longo histórico de apoio à ação climática brasileira.

Os convidados participarão de um painel de debates após a abertura do evento, que será realizada pela Diretora de Pesquisa e Inovação da FGV, Goret Paulo; a Diretora da FGV EESP, Lilian Furquim; a Coordenadora Executiva e Cofundadora do FGV Clima, Amanda Schutze; além da Coordenadora Científica e Cofundadora do FGV Clima, Clarissa Gandour.

Evento

Data: 02/09/2024 Horário: 17h30 às 20h Local: Auditório 15ºandar - Rua Plínio Barreto, 365, em São Paulo Para realizar sua inscrição, clique (https://evento.fgv.br/fgvclima_0209/?utm_source=portal-fgv&utm_edium=fgvnoticias&utm_id=fgvnoticias-2024-08-26i.

Venezuela: reitor do CNE da oposição diz que não assistiu totalização de votos

Quase um mês depois da eleição presidencial da Venezuela, um dos reitores do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) ligados à oposição manifestou-se nesta segunda-feira sobre a votação de 28 de julho. Juan Carlos Delpino Boscán informou que não compareceu à Sala de Totalização dos votos do CNE e, por isso, não tem evidência que respalde a vitória de Nicolás Maduro. Além disso, denuncia irregularidades, falta de transparência e cita a suspensão de auditorias previstas.

"Ao não subir à sala de totalização, careço da evidência que respalda os resultados anunciados", informou, em nota, por meio de rede social. Boscán justificou que tomou a decisão de não subir à sala em resposta a irregularidades que teria presenciado.

"Ante o despejo de testemunhas em não poucos centros eleitorais, a falta de transmissão do código QR ao centro de dados dos comandos, e a falta de solução efetiva ao suposto ataque hacker, tomei a decisão de não subir a sala de totalização e de não assistir ao anúncio do primeiro boletim", destacou.

O comunicado do reitor do CNE ligado à oposição ocorreu logo após publicada entrevista dele ao jornal estadunidense New York Times, onde o membro do Poder Eleitoral da Venezuela informou que não recebeu evidências da vitória de Maduro.

O CNE possuí cinco membros principais, sendo dois deles ligados à oposição. A participação de reitores não ligados ao governo fez parte dos acordos firmados entre governo e oposição para as eleições deste ano. A outra reitora ligada à oposição, Aime Nogal Méndez, ainda não se manifestou sobre as denúncias de fraude após o dia 28 de julho.

Em longo comunicado publicado hoje, Juan Carlos Delpino Boscán relembra os principais acontecimentos do dia da votação, fazendo diversas críticas e denunciando falta de transparência no processo e a suspensão de auditorias que estavam previstas.

Boscán destacou que, considerando mais de 20 anos de experiências no CNE, a jornada eleitoral deste ano aconteceu "com relativamente poucas incidências reportadas" até as 5h da tarde do dia da votação.

Os primeiros problemas foram identificados por após esse horário, segundo destacou, "quando se reportaram incidentes de despejo de testemunhas da oposição durante o fechamento das mesas". A oposição diz que diversas testemunhas da oposição não receberam a ata de votação da urna no final do processo. Ainda assim, a oposição diz ter reunido cerca de 83% das atas.

Em seguida, o reitor notou a interrupção da transmissão de dados dos resultados para os centros de totalização do CNE, "havendo silêncio e uma demora não explicada". O reitor do Poder Eleitoral contou que apenas às 9h da noite foi informado do suposto ataque cibernético contra o órgão eleitoral que, segundo as autoridades do país, atrasaram o trabalho do CNE.

Segundo a Agência Brasil, o reitor disse ainda que não compareceu à proclamação da vitória de Maduro, já no dia 29 de julho, por estar em desacordo com a falta de transparência com que o processo ocorreu.

"Essa decisão se baseia no meu compromisso com a integridade eleitoral e minha responsabilidade de garantir que os resultados reflitam a verdadeira vontade do povo venezuelano", afirmou.

O reitor do CNE criticou a não publicação dos votos por mesa eleitoral, "segundo a tradição dentro das 48 horas seguintes", e também criticou a postura de esperar o prazo de 30 dias para publicar os dados.

Segundo o artigo 125 da Lei Orgânica dos Processos Eleitorais da Venezuela, o CNE tem que publicar os resultados no Diário Oficial do país em até 30 dias após a proclamação do vencedor. Ou seja, o prazo termina no próximo dia 30 de agosto. De acordo com Juan Delpino, a demora na publicação desses dados causou a suspensão de três auditorias previstas para depois do dia 28 de julho, "afetando a cadeia de confiança das auditorias e gerando incertezas".

Bóscan foi criticado na decisão do Tribunal Supremo de Justiça (STJ) da Venezuela por não comparecer à perícia que ratificou a reeleição de Maduro, "nem justificar sua ausência". No comunicado desta segunda-feira, o reitor explicou sua posição.

"Não assisti ao TSJ já que considero que a resolução do conflito deve ocorrer dentro do próprio organismo eleitoral, convocando os técnicos e peritos eleitorais a analisar as atas que possuem o CNE do dia da eleição com as que têm os diferentes comandos de campanha e que as mesmas sejam auditadas por observadores internacionais e certificadas de maneira independente."

O reitor ainda faz uma série de críticas à escolha da data da eleição; a exclusão de partidos aptos a participar da votação; a forma de registro dos candidatos; a restrição da participação dos observadores da União Europeia (que foram impedidos de observar o pleito após renovarem sanções econômicas contra a Venezuela); e também ao processo de tomada de decisões do Conselho Nacional Eleitoral.

Embraer tem encomenda da Força Aérea Uruguaia

A Embraer anunciou nesta segunda-feira a venda de até seis aeronaves A-29 Super Tucano para a Força Aérea Uruguaia (FAU). O contrato, que faz parte do programa de renovação da frota e expansão da capacidade operacional da FAU, prevê a aquisição de uma aeronave e compromisso para aquisição de cinco unidades adicionais, com entregas previstas a partir de 2025, incluindo equipamentos de missão, pacote logístico integrado e um simulador de voo.

Com essa encomenda, o Uruguai se torna a sexta nação a operar o A-29 Super Tucano na América do Sul junto com Brasil, Chile, Colômbia, Equador e Paraguai. Devido a sua flexibilidade operacional na região sul-americana, a aeronave é utilizada para diversas missões, principalmente para controle de atividades ilícitas, monitoramento de fronteiras, reconhecimento e treinamento avançado.

Uma frota regional de mais de 160 Super Tucano opera nos mais austeros e exigentes ambientes da América do Sul, desde a úmida e calorosa floresta amazônica, as regiões frias do sul do Chile até o calor do deserto mais ao norte, regiões montanhosas da Colômbia e Equador até as costas litorâneas do Atlântico e Pacífico.

"Estamos honrados com a decisão da Força Aérea Uruguaia, mais uma nação sul-americana a escolher o A-29 Super Tucano, aeronave que é referência em seu segmento no mercado internacional. Com essa aquisição, o Uruguai passará a contar com capacidades diferenciadas que contribuirão sobremaneira para a vigilância de suas fronteiras e aumento da prontidão operacional da FAU", afirma Bosco da Costa Jr, presidente e CEO da Embraer Defesa & Segurança.

"Uruguai busca reforçar a capacidade de vigilância de seu espaço aéreo e de resposta frente as ameaças, e o faz confiando na tecnologia brasileira, que propõe uma plataforma muito adequada para esses efeitos, com são os A-29 Super Tucanos", disse o Chanceler uruguaio Omar Paganini.

"Com essa incorporação estamos dando um grande salto na melhoria das nossas capacidades de defesa e dando resposta as necessidades de controle de nossa soberania territorial e combate ao crime em todas as suas formas", disse o Ministro de Defesa Nacional uruguaio Armando Castaingdebat.

"Cabe ressaltar que desde 1981 nosso país não adquire aeronaves novas de combate. E justamente por esse motivo que a mencionada compra de aeronaves gerará uma grande motivação e satisfação profissional dentro da Força Aérea", disse o Comandante em Chefe da Força Aérea Uruguaia, General do Ar Luis H. De León.

O A-29 Super Tucano é líder mundial em sua categoria, com mais de 260 aeronaves entregues, mais de 570.000 horas de voo e 60 mil horas em combate. Atualmente, 18 forças aéreas já adquiriram o A-29 Super Tucano e o interesse pela plataforma tem crescido continuamente devido à combinação de características como confiabilidade, disponibilidade e robustez e baixos custos de operação.

Para Forças Aéreas que precisam de uma solução comprovada, abrangente, eficiente, confiável e econômica em uma única plataforma, somada a grande flexibilidade operacional, o A-29 Super Tucano oferece uma ampla gama de missões tais como suporte aéreo aproximado, patrulha aérea, operações especiais, interdição aérea, JTAC, controlador aéreo avançado (FAC), coordenador aéreo e tático (TAC), ISR Armado, vigilância de fronteiras, reconhecimento, escolta aérea, treinamento básico, operacional e avançado, transição para caças de superioridade aérea, treinamento JTAC / LIFT e FAC.

SEU DIREITO

Planos de saúde e a controversa aplicação do índice de sinistralidade no reajuste

Reajustes nos planos de saúde: entenda o impacto do índice de sinistralidade e as regulamentações envolvidas.

Por Natália Soriani

Recentemente, diversas operadoras de planos de saúde passaram a aplicar significativos reajustes nas mensalidades de seus beneficiários, justificando-os com base em altos índices de sinistralidade. Esse cenário tem gerado uma série de questionamentos e controvérsias, tanto por parte dos consumidores quanto de órgãos de defesa do consumidor e entidades reguladoras. A principal questão que se coloca é se tais reajustes são justos e proporcionais, ou se configuram prática abusiva, onerando excessivamente os consumidores.

A sinistralidade é um indicador que reflete a relação entre as despesas da operadora com a assistência à saúde dos beneficiários e o total de receitas obtidas com as mensalidades pagas por eles. Ele é calculado com base nos custos que a operadora tem com consultas, exames, internações e outros procedimentos médicos, em comparação com o valor arrecadado através das mensalidades dos planos de saúde e, assim, tem sido usado para determinar a necessidade e o percentual de reajuste das mensalidades.

Para se compreender a influência que esse índice de sinistralidade exerce no percentual de reajuste dos planos de saúde, bem como todo o impacto que ele gera nos serviços de saúde, é imprescindível examinar as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e os dispositivos do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

No que tange à regulamentação dos reajustes dos planos de saúde, dita a Resolução Normativa nº 309/2012 da ANS que eles devem ser baseados em critérios técnicos e atuariais, visando garantir a sustentabilidade dos planos e a continuidade da prestação dos serviços. A ANS estabelece limites para os reajustes, especialmente para os planos individuais e familiares, que são mais suscetíveis a aumentos abusivos. Por sua vez, a Resolução Normativa nº 441/2018 da agência reguladora prevê que os reajustes devem ser pactuados entre a operadora e a pessoa jurídica contratante, devendo ser baseados em fatores objetivos, como a variação de custos assistenciais e o índice de sinistralidade.

Para além das resoluções normativas da ANS, o tema também deve se pautar nos princípios do Código de Defesa do Consumidor (CDC). O artigo 6º do CDC estabelece os direitos básicos do consumidor, incluindo a proteção contra práticas abusivas e a obrigação de ser informado de maneira clara e adequada sobre os produtos e serviços contratados. O artigo 39, incisos III e IV, proíbe a elevação de preços sem justa causa e a exigência de vantagens manifestamente excessivas. Além disso, o artigo 51 considera nulas de pleno direito as cláusulas contratuais que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada ou que sejam incompatíveis com a boa-fé e a equidade.

Em que pese a ANS e o CDC terem dispositivos claros em defesa dos beneficiários de planos de saúde, existe um ponto relevante de choque com as operadoras, qual seja a metodologia empregada no cálculo da sinistralidade. É essencial que a operadora demonstre de forma clara, fundamentada e detalhada os critérios utilizados para calcular a sinistralidade, bem como o percentual de reajuste, considerando a legislação específica aplicável. Vale lembrar que a jurisprudência brasileira também oferece precedentes importantes sobre o tema. Por exemplo, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já decidiu que os reajustes devem ser baseados em critérios objetivos e previamente definidos, e que a falta de clareza na comunicação dos índices de sinistralidade pode configurar prática abusiva, servindo como modelo para decisões judiciais semelhantes.

Outros dispositivos legais podem e devem ser levados em conta nessa aplicação do índice de sinistralidade para reajuste de mensalidades de planos de saúde. O princípio da transparência, previsto no artigo 4º, inciso III, do CDC, exige que os consumidores sejam devidamente informados sobre todas as variáveis que influenciam o cálculo do reajuste, incluindo a sinistralidade. A falta de clareza e a insuficiência das informações fornecidas pela operadora podem ser interpretadas como violação desse princípio, fortalecendo a argumentação dos consumidores na busca por revisão judicial ou administrativa dos reajustes aplicados.

Mais além, a Resolução Normativa nº 171/2008 da ANS, que estabelece o Índice de Reajuste dos Planos Individuais e Familiares (IRPI), determina que os reajustes devem ser justificados com base em dados financeiros e atuariais auditados. Isso significa que a operadora deve apresentar uma auditoria independente que comprove a veracidade e a precisão dos dados utilizados para calcular a sinistralidade e o percentual de reajuste. A ausência de auditoria ou a apresentação de dados inconsistentes pode ser questionada judicialmente pelos consumidores.

Os contratos de planos de saúde devem respeitar o princípio da boa-fé objetiva, conforme disposto no artigo 422 do Código Civil Brasileiro. A boa-fé objetiva impõe um dever de lealdade e transparência nas relações contratuais, exigindo que as operadoras de planos de saúde atuem com clareza e honestidade na comunicação dos critérios de reajuste. Qualquer prática que contrarie esse princípio também pode ser considerada abusiva e ensejar a revisão judicial do contrato.

Em relação à fiscalização e regulamentação pela ANS, é importante destacar que a agência possui o dever de monitorar e regular as atividades das operadoras de planos de saúde, conforme previsto na Lei nº 9.961/2000, que criou a agência. Sua atuação deve ser pautada pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme disposto no artigo 37 da Constituição Federal.

Igualmente importante, cabe a cada operadora considerar a possibilidade de revisar suas políticas de comunicação e de transparência, adotando de forma permanente práticas mais claras e detalhadas na divulgação dos critérios de reajuste. A adoção de boas práticas de transparência pode contribuir para a construção de uma relação de confiança com os consumidores, evitando conflitos e litígios judiciais.

A fiscalização e a regulamentação por parte da ANS, somadas à transparência na comunicação dos critérios de reajuste e à conformidade com as normas regulatórias, formam os pilares da boa e justa relação entre beneficiários e operadoras de planos de saúde, com a preservação tanto dos direitos dos consumidores quanto da garantia da sustentabilidade do setor de saúde suplementar.

Natália Soriani
é especialista em Direito da Saúde e sócia do escritório Natália Soriani Advocacia

Confiança do consumidor sobe pelo terceiro mês seguido

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), medido pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), avançou 0,3 ponto em agosto, atingindo 93,2 pontos. O resultado reflete uma melhora tanto nas expectativas futuras quanto na percepção do momento atual, apesar do crescimento em ritmo mais lento.

"A confiança do consumidor sobe pela terceira vez seguida, embora em um ritmo mais lento. O resultado modesto foi influenciado igualmente pela melhora das percepções sobre o presente e as expectativas futuras. Entre as faixas de renda, diferente do que vinha ocorrendo ao longo desse ano, o resultado no mês foi motivado pelas faixas de renda mais altas, especialmente para consumidores com renda superior a R$ 9.600. A resiliência da atividade doméstica, com mercado de trabalho aquecido e inflação controlada tem contribuído para sustentar a confiança dos consumidores, mas o menor ritmo indica cautela para o futuro", afirmou Anna Carolina Gouveia, economista do Ibre.

Em agosto, a alta da confiança foi influenciada tanto pelas expectativas em relação aos próximos meses quanto pelas avaliações sobre o momento atual. O Índice de Expectativas (IE) subiu 0,3 ponto, alcançando 101,4 pontos, também em sua terceira alta consecutiva. Da mesma forma, o Índice da Situação Atual (ISA) avançou 0,3 ponto, para 81,9 pontos, mantendo-se no maior nível desde novembro de 2023 (82,0 pontos).

Entre os componentes do ICC, o quesito que mede as perspectivas para a situação futura da economia foi o que mais contribuiu para a alta do índice, com um avanço de 2,0 pontos, atingindo 111,4 pontos, o maior nível desde abril deste ano (113,0 pontos). O ímpeto de compras de bens duráveis também aumentou pela terceira vez consecutiva, subindo 1,1 ponto, para 87,8 pontos. No entanto, as perspectivas para as finanças futuras das famílias apresentaram queda de 2,3 pontos, fechando em 104,8.

A alta observada no ISA foi resultado de movimentos opostos entre os indicadores que o compõem: o indicador de percepção sobre as finanças pessoais das famílias recuou 0,3 ponto, para 70,7 pontos, enquanto o indicador de percepção sobre a economia local subiu 0,9 ponto, atingindo 93,4 pontos.

Delivery de comida cresce entre 7,5% e 8% ao ano

O mercado de delivery de comida no Brasil apresentou um crescimento significativo em 2023, com uma alta entre 7,5% e 8% em comparação ao ano anterior, segundo a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel). Esse avanço reflete uma mudança nos hábitos de consumo dos brasileiros, evidenciada também pelo aumento de 10% no número de pedidos realizados. A previsão é que o ano de 2024 mantenha um ritmo de crescimento semelhante.

O público jovem, especialmente a Geração Z, com idades entre 15 e 28 anos, se destaca como o principal consumidor desses serviços, representando 51% dos usuários de aplicativos de delivery, de acordo com um estudo da Ticket. Em termos gerais, 40% dos brasileiros utilizam o delivery de comida, e 11% realizam de um a dois pedidos por semana.

No entanto, essa familiaridade com a tecnologia não protege a Geração Z dos riscos digitais. Um levantamento da Akamai revelou que jovens entre 18 e 29 anos são as maiores vítimas de golpes cibernéticos, com uma incidência 17% maior em comparação à Geração Boomer (nascidos entre 1946 e 1964). O crescimento das fraudes acompanha a evolução tecnológica, adaptando-se aos hábitos desse público.

Nessa linha, as formas de prevenção envolvem atenção aos detalhes e dificultar o acesso aos dados pessoais para os criminosos. O especialista da Mangopay reforça que, contra golpes de compras, deve-se conferir o destinatário das transações. No caso de golpes de delivery, como o da maquininha, o pagamento ocorre apenas dentro dos limites do aplicativo, no caso de cartões e Pix, e sempre exigir comprovantes após pagamentos realizados no momento da entrega.

Defesa Civil afirma que 99,9% dos incêndios em SP foram ação humana

A Defesa Civil do estado de São Paulo informou que 99,9% dos incêndios ocorridos no último fim de semana foram causados por ação humana. O secretário nacional de Proteção e Defesa Civil, Wolnei Wolff, destacou que ao menos 31 inquéritos foram abertos pela Polícia Federal para investigar a possibilidade de incêndios criminosos. A situação já atingiu 56 municípios paulistas, e novos focos de incêndio podem surgir nos próximos dias.

Wolff ressaltou a "surpresa" diante do fato de quase 50 municípios registrarem incêndios simultaneamente, o que levou à criação de um gabinete de crise pelo governo estadual. A seca prolongada e ventos de até 70 km/h contribuíram para o alastramento dos incêndios, mas as chuvas de domingo (25) ajudaram a reduzir os focos ativos.

No entanto, o risco de novos incêndios permanece alto, principalmente na região de Ribeirão Preto, onde as aulas da rede municipal foram suspensas devido à fuligem acumulada. A Defesa Civil estadual emitiu mapas de risco indicando que 48 cidades do interior passarão de situação de alerta para emergência até o próximo sábado (31).

O governo estadual mobilizou um gabinete de crise, coordenando mais de 7 mil trabalhadores, incluindo bombeiros, militares e civis, para combater os incêndios. Helicópteros, aeronaves, drones e equipamentos privados estão sendo utilizados nas operações, principalmente em áreas de proteção ambiental.

Em meio a essa situação crítica, três pessoas foram presas por provocarem incêndios, incluindo um homem que afirmou pertencer a uma facção criminosa. A Secretaria de Segurança Pública também aplicou multas a infratores por incêndios ilegais em áreas de preservação permanente.

A população foi orientada a tomar cuidados extras com a saúde devido à fumaça e ao tempo seco, especialmente em relação à ingestão de líquidos e ao uso de máscaras. As recomendações são mais rígidas para crianças, idosos e gestantes, que devem evitar a exposição à fumaça e procurar atendimento médico em caso de sintomas respiratórios.

Gás natural mais barato para até 20 milhões de famílias

União poderá negociar diretamente no mercado

A Pré-Sal Petróleo (PPSA), estatal que administra os contratos de partilha de produção de petróleo e gás natural da União, pode, a partir desta segunda-feira, negociar os volumes de gás já processados diretamente no mercado. A autorização foi regulada por meio de resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). A venda de GLP a preços reduzidos é objeto de um projeto de lei assinado por Lula. Isso significa que depende de aprovação do Congresso Nacional para sua entrada em vigor.

Até então, a PPSA vendia o gás natural da União na saída dos navios-plataforma que estavam na produção, o que restringia a competitividade. Os recursos da venda do gás vão para o Fundo Social do governo federal, e são direcionados para áreas da educação e saúde.

Além dessas aplicações, a entrada na PPSA na comercialização vai proporcionar, segundo o Governo, a venda de gás de cozinha com preços reduzidos para até 20 milhões de famílias no prazo de dois anos. A medida vai permitir que os preços não subam excessivamente entre a captação nas jazidas e a venda pelas demais distribuidoras, até então únicas autorizadas a comercializar os botijões do gás liquefeito de petróleo (GLP). Essas distribuidoras, segundo o plano do Governo, poderão aderir à rede que vai vender o gás a preços definidos pela PPSA.

A Pré-Sal Petróleo, inicialmente, pretende assinar um contrato com a Petrobras de adesão ao Sistema Integrado de Escoamento de Gás Natural, formado por gasodutos de escoamento marítimos e terrestres, que interligam diversas rotas onde se encontram os mercados consumidores, como as indústrias de aço, química, automobilística, de vidro, entre outras.

"A resolução do CNPE é um marco na construção de um mercado de gás natural competitivo e muda totalmente a dinâmica da comercialização do gás natural da União. Planejamos comercializar nosso gás natural na saída do SIE em breve, se possível a partir de janeiro de 2025. O próximo passo será aderir ao Sistema Integrado de Processamento (SIP), para que a produção da União de 2027 possa ser processada nas plantas de propriedade da Petrobras, no Rio de Janeiro e em São Paulo, e seja vendida diretamente ao mercado", disse Tabita Loureiro, diretora técnica da Pré-Sal Petróleo S.A., em comunicado.

Atualmente, a União tem uma parcela de aproximadamente 150 mil metros cúbicos por dia de gás natural em seis contratos e a expectativa é a de que esse volume aumente para 3 milhões de metros cúbicos por dia nos próximos anos.

No dia 31 de julho, a PPSA realizou o 4º leilão de petróleo pertencente à União produzido por meio de contratos de partilha. Foram vendidos 37,5 milhões de barris e o governo federal arrecadou, com a venda, mais de R$ 17 bilhões. Foi um recorde, com oito empresas na disputa: CNOOC Petroleum Brasil, Galp Energia Brasil, Petrobras, PetroChina International Brasil Trading, PRIO Comercializadora, Refinaria de Mataripe, Shell Trading Brasil e Total Energies EP Brasil.

Em junho, a produção mensal da União pelo sistema de partilha de produção atingiu 71 mil barris por dia (bpd), sendo 66 mil barris bpd referentes a oito contratos de partilha e o restante aos acordos de individualização de produção das áreas não contratadas de Tupi e Atapu, ambas na zona do pré-sal da Bacia de Santos.

Tabita Loureiro disse que esse novo recorde coloca a União com a 8ª maior produção do país no mês e, até o final do ano, os números serão ainda maiores. "Pelos nossos estudos, no final do ano podemos atingir quase 100 mil barris por dia", informou.

A Auren (AURE3) e a energia por biomassa

Por Jorge Priori

Conversamos sobre a energia por biomassa com Eduardo Diniz, diretor de comercialização da Auren Energia.

Como a Auren está vendo as perspectivas da energia por biomassa no Brasil?

A Auren sempre acreditou na complementaridade das fontes de energia. Hoje, a companhia é a terceira maior geradora do Brasil, já considerando os ativos da AES, sendo que 100% dessa energia é limpa, pois nós temos na nossa matriz 55% de hidráulica, 35% de eólica e 10% de solar.

Como a biomassa proveniente da cana-de-açúcar segue muito a sua safra de produção, que fica, basicamente, entre os meses de abril e de novembro, que são os meses mais secos do ano e onde temos uma redução da geração de energia hidráulica, a biomassa complementa os meses em que a hidráulica performa pior. Essa diversidade no nosso portfólio de geração traz um diferencial para os nossos clientes em termos de segurança e de competitividade para que eles tenham uma energia 100% limpa.

Além disso, como os clientes estão cada vez mais preocupados com os temas relacionados à sustentabilidade, a Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) e a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) promovem junto com as usinas de bioeletricidade o Selo Verde, que é mais uma garantia que os nossos clientes podem utilizar nos seus relatórios de sustentabilidade para comprovar que utilizam energia limpa proveniente de biomassa para o seu consumo.

Quem produz esse tipo de energia?

A energia de biomassa é feita através de um processo industrial do agronegócio. Ela é feita através da queima de resíduos feita em caldeiras que estão instaladas nas próprias usinas. Hoje, a maior parte dessa energia ainda é feita de bagaço de cana, ou seja, do resíduo do processo produtivo de açúcar e álcool, mas também existe geração a partir da casca de arroz e de cavacos de madeira. No caso do bagaço de cana, essa queima gera a energia que é utilizada na própria planta para produzir açúcar e álcool, sendo que o excedente é injetado na rede para ser comercializado.

Com relação à área geográfica, a energia de biomassa é produzida, basicamente, onde o agro e o setor sucroalcooleiro são muito fortes. O eixo principal fica localizado nas Regiões Sudeste e Centro Oeste, indo de Ribeirão Preto e Presidente Prudente em São Paulo até os estados de Mato Grosso e Goiás.

Como a Auren capta as usinas?

Há uma prospecção ativa do nosso lado. O nosso time comercial tem uma atuação direta com as usinas e desde 2017 nós fazemos na região de Ribeirão Preto um evento de relacionamento onde reunimos os principais usineiros para falarmos sobre as tendências do sistema elétrico e as tendências econômicas do setor sucroalcooleiro. Como realmente existe uma parceria entre as duas partes, os usineiros têm a Auren como uma contraparte histórica para garantir as suas vendas com segurança, o que gera uma receita adicional, e a Auren tem a complementaridade do seu portfólio. Trata-se de um ganha-ganha em todas as negociações.

O consumo da energia de biomassa fica concentrado nas regiões próximas a geração ou a rede de transmissão está preparada para escoá-la para todo o Brasil?

Um dos grandes diferenciais do Brasil é que ele é quase 100% conectado. Como o país possui um sistema interligado de norte a sul, a partir do momento em que um gerador injeta essa energia na rede, ela está pronta para ser consumida por qualquer consumidor dentro do Brasil como um todo.

Como a energia por biomassa pode compor a matriz elétrica brasileira?

Como disse, a energia por biomassa é complementar. Ela gera energia quando não há chuva e pode evitar que os reservatórios se depressionem ao longo de um período seco.

Em termos de intermitência, as gerações renováveis são muito intermitentes, mas a biomassa não. No período da safra, que vai de abril a novembro, ela consegue gerar energia de forma constante ao longo do dia, o que traz segurança para todo o sistema. Isso é diferente da energia solar, que só gera durante o dia, ou da energia eólica, que só gera quando tem vento. Isso faz com que a biomassa traga uma forte segurança por ter uma baixíssima intermitência quando ela está disponível para gerar, ou seja, quando se tem insumo. Quando isso acontece, ela gera energia de forma flat e constante durante o dia.

Outro ponto é que como essa energia está nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, ou seja, muito próxima ao centro de carga, isso traz ainda mais segurança para o sistema, já que ela não precisa ser deslocada por uma grande distância como nos casos da energia eólica e solar, que têm que atravessar o Brasil para chegar no principal centro de consumo, a Região Sudeste. Isso alivia um pouco os investimentos necessários em linhas de transmissão.

Vale também destacar a questão da dificuldade da ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) em atender a totalidade da carga do consumo frente à geração. Os picos de consumo do Brasil tem ocorrido entre às 10hs da manhã e às 19hs, 20hs. Como a complexidade vem quando o Sol se põe, a partir das 16hs, 17hs, quando a geração solar despenca e a carga ainda está muito alta, nós precisamos de uma geração que possa atender essa rampa, sendo que hoje ela é feita somente por hidrelétricas ou usinas térmicas. A biomassa nos ajuda a reduzir essa rampa de geração quando o Sol se põe. Para que se evite qualquer tipo de corte, nós precisamos de usinas que complementem a energia solar nesse período.

Considerando a conversa que tivemos, você gostaria de acrescentar algum ponto à sua entrevista?

Neste ano, nós tivemos um marco super importante que foi a abertura do Mercado Livre em junho, quando ele ultrapassou 50 mil clientes. O crescimento da biomassa tem que vir aliado a esse crescimento do Mercado Li.

NITERÓI, TRANSPORTE E TRÂNSITO S/A

CNPJ: 08.357.430/0001-77

Aviso de Leilão. Torna público o leilão online 002/2024 a ser realizado em 11/09/2024, às 10:00h. **Leiloeira Pública Oficial:** Juliana Araújo, matriculada na JUCERJA sob o nº 238, CPF 121.169.427-56. **Objeto:** Veículos conservados e sucatas inservíveis. Descrição detalhada e termo de condições do leilão em **www.eblonline.com.br.**

MARYGGOD ALIMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 02.637.281/0001-13
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
REUNIÃO DE REGULARIZAÇÃO DE SOCIEDADE,
SOB PENA DE BAIXA DA MESMA - (DISTRATO)

Fica convocado FERNANDA PAULA LIMA PERES, brasileira,solteira, empresária, nascido 28/01/1979, RG n.º 11046391-6, IFP/RJ, CPF n.º 077.792.747-05, para reunir-se na data de 19/08/2024 às 10hsno seguinte endereço: Rua Nelson Pessegueiro do Amaral, 76sala 108 no Bairro Costazul em, Rio das Ostras/RJ,CEP: 28.895-294 a fim de informar o motivo pelo qual fechou fisicamente aempresa desde o ano de 2010, sem comunicar a sócia majoritária, já que oora convocado era quem ficava fisicamente no local, bem como informe seuatual paradeiro, inclusive informe os meios de contato; informando se pretendereabrir fisicamente a empresa e regularizar a referida empresa, sob pena deser procedida a baixa da mesma perante os órgãos competentes (distrato).FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Complementar 123, de 14-12-2006 – artigo70 (Informativo 50/2006); Lei 10.406, de 10-1-2002 Código Civil – artigos1.071 a 1.080 e 1.152, §§ 1º e 3º (Portal COAD); Instrução Normativa 98DNRC, de 23-12-2003 (Informativo 01/2004). Rio de Janeiro/RJ, 16/08/2024.

ELIZABETH CONCEIÇÃO PARADELLA,
Sócia administradora/majoritária

RODRIGO LOPES PORTELLA - LEILOEIRO PÚBLICO
CPF. Nº 336.490.497.91

EDITAL DE 1º E 2º LEILÕES EXTRAJUDICIAIS (ONLINE), com o prazo de 10 (dez) dias e Intimação - Eu, RODRIGO LOPES PORTELLA, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na JUCERJA sob o nº 055, comunico a todos os interessados e em especial aos Devedores Fiduciantes: RAFAEL ROCHA TIGNOLA - CPF. nº 021.339.258-56 e sua mulher, SOLANGE APARECIDA ABRANCHES JOSÉ TIGNOLA - CPF. nº 022.395.648-14; que devidamente autorizado pela Credora Fiduciária: JARDINS DO RECREIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. - CNPJ. nº 03.596.398/0001-69, e, com fundamento no Art. 27 da Lei nº 9.514/97, no dia **04/09/2024**, às **11:00hs**., realizarei através do site de leilões online: www.portellaleiloes.com.br, o 1º Leilão Público, por preço não inferior ao valor de R$ 2.045.738,91 (dois milhões, quarenta e cinco mil, setecentos e trinta e oito reais e noventa e um centavos), ou no dia **16/09/2024,** no mesmo horário e local, o 2º Leilão Público, por preço não inferior ao valor de R$ 2.045.738,91 (dois milhões, quarenta e cinco mil, setecentos e trinta e oito reais e noventa e um centavos) - (sendo certo que o credor aceita proposta sobre este total), do imóvel constituído pela Casa 01 (um) do Empreendimento Dream Village, situado na Rua Anna Khoury nº 87, antiga Rua Projetada "A", do PAL 44.133, e correspondente fração ideal de ½ do respectivo terreno (lote 08 do PAL. 44.285) – Recreio dos Bandeirantes/RJ., transcrito no Cartório do 9º Ofício do Registro de Imóveis, sob a matrícula nº 260.551. - Tudo nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda com Alienação Fiduciária em Garantia e Outros Pactos, datada de 23/12/2008, lavrada no Cartório do 8° Ofício de Niterói/RJ. (livro 597, fl. 058, ato 032), e, da notificação feita aos Devedores Fiduciantes: RAFAEL ROCHA TIGNOLA e sua mulher, SOLANGE APARECIDA ABRANCHES JOSÉ TIGNOLA, através do Edital de Notificação publicado no Diário Oficial de 03/08/2023, as fls. 228 dos autos da Notificação Judicial ajuizada na 4ª. Vara Cível Regional da Barra da Tijuca (Processo nº 0029263-66.2019.8.19.0209) a requerimento da fiduciária, tendo em vista a certificação negativa de fls. 172 dos autos do processo acima citado, averbada na referida matrícula. – Ficam por este edital intimados dos Leilões os devedores acima mencionados. - Condições Gerais da Alienação: O horário considerado neste edital será sempre o horário de Brasília/DF. – Para participar do leilão oferecendo lanços pela internet, deverão previamente (no prazo de 24 horas antes do início do pregão) efetuar o seu cadastro pessoal no site do Leiloeiro (www.portellaleiloes.com.br) e também solicitar sua habilitação para participar do Leilão na modalidade online, sujeito à aprovação após comprovação dos dados cadastrais pela análise da documentação exigida na forma e no prazo previsto no Contrato de Participação em Pregão Eletrônico (disponível no site do Leiloeiro); Todos os lances efetuados por usuário certificado não são passíveis de arrependimento.- Ficam cientes os interessados de que em caso de arrematação, deverão efetuar os seguintes pagamentos: arrematação à vista, acrescida da comissão de 5% ao Leiloeiro, e das despesas efetuadas com os leilões. - Os referidos pagamentos, deverão ser efetuados através de depósitos bancários, DOC., TED. ou PIX, nas contas correntes da empresa Credora e do Sr. leiloeiro, cujos dados serão informados ao(s) arrematante(s) através de e-mail ou contato telefônico; devendo o(s) arrematante(s) comprovar(em) os pagamentos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de cancelamento da arrematação. - Cientes ainda os interessados, de que serão de sua responsabilidade as providências necessárias para promover, a custo próprio, as medidas para reintegração de posse do imóvel. - A escritura definitiva será realizada no prazo de 10 (dez) dias contados da arrematação, sendo certo que todas as despesas com cartório, certidões, e tributos, serão arcadas pelo arrematante. – RJ., 20/08/2024. (as.) Rodrigo Lopes Portella – Leiloeiro Público.

Portabilidade de investimentos do mercado de capitais

CVM: regras para desburocratizar, transparência e segurança

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou duas resoluções nesta segunda-feira que prometem estabelecer regras e procedimentos para a portabilidade de investimentos em valores mobiliários (Resolução CVM 210) e outra que promove alterações pontuais em outras regras, complementando a Resolução CVM 210 (Resolução CVM 209). As resoluções entram em vigor em 1º/7/2025.

A fixação do prazo levou em conta a necessidade de instituições adaptarem suas interfaces, sistemas e procedimentos internos às novas exigências sem que precisem futuramente pleitear prorrogações junto à CVM.

A edição das resoluções consta da agenda regulatória da autarquia deste ano. As normas foram precedidas de Análise de Impacto Regulatório (AIR) e de Consulta Pública, e representam o marco inicial do aprimoramento da experiência de usuário com a portabilidade de investimentos em valores mobiliários.

"As regras de portabilidade de valores mobiliários fazem parte da materialização do Open Capital Markets no arcabouço regulatório da CVM, como forma de empoderamento dos investidores e de modernização do ecossistema do mercado de capitais", explica João Pedro Nascimento, Presidente da CVM.

"Por meio das finanças digitais, estamos aperfeiçoando a dinâmica relativa à transferência de custódia de investimentos, com regras de conduta e de transparência aplicáveis a custodiantes, intermediários, depositários centrais, entidades registradoras e administradores de carteiras de valores mobiliários. Temos a expectativa de fomentar um saudável ambiente de competição pela simplificação e desburocratização das regras de transferência de custódia" , disse Nascimento.

Destaques das normas

- Interface digital para a solicitação de portabilidade, que dispensa o preenchimento de formulários físicos ou o reconhecimento de assinaturas em cartório.

- Possibilidade de o investidor escolher o ponto de solicitação da portabilidade: na origem, no destino ou junto ao depositário central.

- Transparência nos prazos estimados para conclusão da portabilidade.

- Possibilidade de o investidor acompanhar o andamento do processo em tempo real.

- Escalonamento de prazos para efetivação da portabilidade, em função da complexidade operacional de cada grupo de valores mobiliários.

- Disponibilização de dados quantitativos sobre a portabilidade à CVM e às entidades autorreguladoras, permitindo a identificação de instituições que apresentem atrasos reiterados na efetivação da portabilidade ou número elevado de recusas às solicitações de portabilidade.

- Caracterização como infração grave nos casos de descumprimento sistemático de prazos para efetivação da portabilidade, ou de represamento injustificado do processamento da portabilidade.

Mudanças

As mudanças propostas foram apresentadas ao público por meio da Consulta Pública 02/23. Em relação à versão que recebeu comentários do público, as principais alterações foram:

- Rearranjo nos procedimentos para a portabilidade, tendo sido substituído o conjunto de três etapas distintas – diligências preliminares, diligências complementares e efetivação, por etapa única de efetivação, que engloba os atos destinados à identificação e à superação de impedimentos e a efetivação da portabilidade.

- Atuação do custodiante ou intermediário de destino como auxiliar do investidor na portabilidade, interagindo com o custodiante ou intermediário de origem para acompanhar o andamento da portabilidade e facilitar a superação de impedimentos à portabilidade.

- Possibilidade de solicitar a portabilidade por meio de formulários físicos para acomodar a demanda de investidores que tenham preferência por usar essa forma de solicitação.

- Depositários centrais e escrituradores não terão o dever de armazenar informações históricas sobre preço unitário e preço de aquisição sobre os valores mobiliários depositados e escriturados, respectivamente, e o dever de armazenar e transmitir informações históricas recairá apenas sobre o custodiante ou intermediário de origem.

- Transferências com alteração de titularidade não integrarão a norma de portabilidade, sem prejuízo da observância das orientações divulgadas pela CVM sobre as melhores práticas em relação às verificações a serem realizadas e aos documentos a serem obtidos previamente à efetivação da transferência com alteração de titularidade.

- Faculdade das entidades registradoras em receber solicitações de portabilidade, desde que observem todas as regras de conduta e os procedimentos para portabilidade aplicáveis aos depositários centrais.

· Portabilidade de derivativos restrita aos contratos que contem com interposição de contraparte central garantidora, não abarcando, portanto, os casos que provocariam alteração de contraparte decorrente de cessão contratual.

- Transferências entre depositários centrais ou entidades registradoras não serão objeto da norma de portabilidade, sem prejuízo de que a matéria seja revisitada tão logo a interoperabilidade entre depositários centrais e entre entidades registradoras seja equacionada no mercado de capitais brasileiro.

"A fluidez na portabilidade de investimentos em valores mobiliários é crucial para impulsionar a concorrência na prestação de serviços ao investidor. Com as novas regras, o investidor aumenta seu poder de negociação, enquanto o mercado de valores mobiliários avança em eficiência e na qualidade dos produtos e serviços oferecidos", acredita Antonio Berwanger, Superintendente de Desenvolvimento de Mercado da CVM.

Open Finance

A CVM acredita que os avanços introduzidos pela norma de portabilidade de valores mobiliários serão potencializados com a utilização do Open Finance, visto que as instituições participantes podem realizar consultas automatizadas entre si sobre dados cadastrais dos investidores e sobre suas posições em investimentos de valores mobiliários, mediante autorização prévia de cada investidor.

As interfaces de programação de aplicações (API) padronizadas do Open Finance facilitarão a superação de impedimentos à efetivação da portabilidade. Também criarão oportunidades de prospecção de clientes, fomentando a concorrência na prestação de serviços no mercado de capitais.

Paralelamente à edição da norma de portabilidade, a CVM iniciou tratativas com o Banco Central do Brasil para desenvolver serviço de portabilidade de valores mobiliários integrado ao Open Finance, que aumentará o grau de automatização do processo, reforçando o compromisso da CVM de aprimorar a experiência de usuário com a portabilidade, rumo a um mercado de capitais mais aberto.

Vale reduz nível e faz melhorias na Barragem Sul Superior em MG

A Vale informou em nota que a barragem Sul Superior, localizada em Barão de Cocais (MG), teve seu nível de emergência reduzido de 3 para 2 após a execução de investigações geológico-geotécnicas adicionais e ações para a melhoria de suas condições de segurança. "Os trabalhos de descaracterização da barragem Sul Superior continuarão em andamento e, com sua progressão, a estrutura terá sua estabilidade gradualmente melhorada até sua efetiva eliminação", garantiu a mineradora nesta segunda-feira.

"A remoção do nível crítico de segurança da barragem Sul Superior é mais um importante avanço em nossos compromissos de zerar barragens de rejeito em nível 3 até 2025 e de eliminar todas as barragens a montante no Brasil. Já concluímos 47% do Programa de Descaracterização de Barragens a Montante, com desembolsos de R$ 9,3 bilhões desde 20191 , e esperamos finalizar outros 2 projetos ainda em 2024, alcançando um total de 16 barragens descaracterizadas", afirmou Eduardo Bartolomeo, presidente da Vale.

A barragem Sul Superior A estrutura foi classificada com o nível máximo (nível 3) em 2019. Desde então, a Vale tem trabalhado na descaracterização da barragem, removendo cerca de 800 mil metros cúbicos de rejeitos do reservatório da estrutura, ou cerca de 12% do total de rejeitos contidos, o que já permite a melhor operação do sistema de drenagem da barragem.

"A redução do nível da barragem Sul Superior é resultado de um conjunto robusto de ações, que incluem a realização de novas investigações geotécnicas, diversas melhorias de drenagem e gestão, a ampliação do monitoramento instrumental e a evolução de estudos para o maior conhecimento das condições de estabilidade da estrutura", informou Alexandre Pereira, Vice-presidente Executivo de Projetos da Vale.

Nos processos de análise da estrutura e de remoção de rejeitos, a Vale usou um equipamento conhecido como deep dive que permite explorar a barragem à distância, sem a presença de pessoas no local, garantindo a segurança de todas as pessoas envolvidas ou no entorno do projeto.

Para mitigar riscos durante as obras de descaracterização, desde 2020 a barragem Sul Superior conta com uma Estrutura de Contenção a Jusante ("ECJ"), com Declaração de Condição de Estabilidade ("DCE") positiva vigente. Além disso, a Zona de Autossalvamento da estrutura seguirá sem a presença de pessoas, conforme legislação vigente e orientações das autoridades competentes.

Gustavo Duarte Pimenta, vice-presidente Executivo de Finanças e Relações com Investidores da Vale, afirmou em nota que as obras de descaracterização da barragem seguirão com equipamentos operados remotamente, com previsão de término em 2029. O executivo informou que essas estruturas estão inativas e sob monitoramento permanente, 24 horas por dia, pelos Centros de Monitoramento Geotécnico da companhia. Como medida adicional de segurança durante as obras de descaracterização das barragens consideradas críticas, 4 ECJs foram construídas e seguem mantidas pela Vale. As soluções aplicadas nos projetos de descaracterização são compatíveis com as características únicas de cada estrutura.

Cade apura aquisições de startups de inteligência artificial por big techs

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) instaurou quatro procedimentos administrativos para apuração de denúncias de atos de concentração envolvendo a aquisição, por big techs, de startups desenvolvedoras de inteligência artificial.

O processo do Cade busca entender se essas aquisições realizadas pelas empresas não se enquadrariam nos patamares de notificação obrigatória, mas mereceriam requerer sua submissão afim de que sejam verificados os impactos concorrenciais dessas operações.

A instauração de um procedimento administrativo para investigar atos de concentração pode ocorrer antes do início do de procedimento administrativo para apuração de ato de concentração (APAC). Esse instrumento pode ser utilizado pela autoridade antitruste brasileira para averiguar atos de concentração que não seriam de notificação obrigatória, mas cuja submissão poderiam ser requeridas pelo Cade.

Segundo o Cade, a abertura dos procedimentos não significa necessariamente que os atos deverão ser notificados ou que haja problemas concorrenciais. Ao final de sua apuração, caso assim entenda, a Superintendência-Geral poderá decidir pelo seu arquivamento ou pela instauração de APAC que determinaria a submissão dos atos de concentração para que seja realizada uma análise do impacto concorrencial da operação.